

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA WARAO: PRÁTICAS E DESAFIOS DE UMA PEDAGOGIA DECOLONIAL NA AMAZÔNIA PARAENSE

Jesus Desiderio Nunez Paredes (Warao)¹

Omar Jose Rodriguez Sinfontes (Warao)²

Marcos Vinícius da Costa Lima³

Bárbara Andresa de Souza Balieiro⁴

Núlcia Odaleia Costa Azevedo⁵

¹ Educador de Notório Saber Warao / Esc. Marechal C. de Farias - SEDUC/SAEN/CEJA. -
Email: waraosaberesdaeja@gmail.com

² Educador de Notório Saber Warao / Esc. Marechal C. de Farias - SEDUC/SAEN/CEJA. -
Email: waraosaberesdaeja@gmail.com

³ Professor Dr. em Geografia, Coordenador do projeto Saberes da Eja-Warao / Esc. Marechal
C. de Farias - SEDUC/SAEN/CEJA. Email: mvclima27@gmail.com

⁴ Professora de Códigos e Linguagem, Habilitação em Língua espanhola – Especialista em
Educação Especial na Perspectiva da Inclusão / Esc. Marechal C. de Farias -
SEDUC/SAEN/CEJA. Email: balieiro22@hotmail.com azevedonulcia@gmail.com

⁵ Pedagoga - Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão / Esc. Marechal C.
de Farias - SEDUC/SAEN/CEJA. Email: azevedonulcia@gmail.com



Resumo

O reconhecimento dos povos Warao como sujeito indígena de direitos universais permitiu que os governos e órgãos nacionais e os de caráter multilaterais, promovessem ações conjuntas de formação técnica e no atendimento de serviços públicos, desde a oferta de abrigos, assistência médicas, educacionais e financeiras por meio de programas como o da Bolsa família. Do ponto de vista da educação, este artigo se deterá em traçar a trajetória de como o atendimento educacional aos jovens, adultos e idosos Warao vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Educação do estado do Pará (SEDUC). Pretendemos apresentar os princípios e as práticas pedagógicas que estão norteadando o processo de ensino e aprendizagem por meio da pedagogia de projetos, bem como as necessidades que suscitam mudanças significativas de cunho estrutural e conjuntural de modo a garantir a interculturalidade crítica no fazer da educação escolar indígena Warao.

Palavras chave: Pedagogia decolonial – Warao – Interculturalidade crítica

Abstract

The recognition of the Warao people as an indigenous subject with universal rights allowed national and multilateral governments and bodies to promote joint actions of technical training and the provision of public services, from the provision of shelters, medical, educational and financial assistance through programs such as Bolsa Família. From the education stand point, this article will focus on tracing the trajectory of how educational assistance to young people, adults and the elderly Warao has been developed by the Education Department of the State of Pará (SEDUC). We intend to present the pedagogical principles and practices that are guiding the teaching and learning process through the pedagogy of projects, as well as the needs that bring about significant structural and cyclical changes in order to guarantee critical interculturality in the making of Warao indigenous school education.

Keywords: Decolonial pedagogy - Warao - Critical interculturality

Apresentação

A proposta inicial de um projeto educacional diferenciado do e para os povos indígenas Warao nasceu a partir da chegada desses sujeitos a cidade de Belém em meados do ano de 2017, quando as suas práticas tradicionais são reelaboradas (OLIVEIRA, 1993) como forma de viver em meio as imposições das dinâmicas sócio-econômicas dos espaços urbanos. Um exemplo da tentativa de reinventar a tradição para garantir sua forma de viver Warao nos espaço urbanos, foi a ressignificação da tradição da “coleta”, baseada na prática da catação de moluscos, ostras, ou mesmo, na “coleta” de frutos, plantas, folhas, raízes e ervas nos biomas típicos de seus habitats que costuma ser realizada por mulheres e crianças no litoral venezuelano, que por sua vez foi transmutada para “coleta” de moedas, nas principais ruas e avenidas do centro urbano belenense. Essa tradição da “coleta” urbana foi reconhecida como uma “estratégia adaptativa” pelo parecer do antropólogo Pedro Moutinho (2017), do Ministério Público Federal (MPF) de Manaus. No entanto, houve uma pressão e mobilização da sociedade civil de Belém para tirarem



as famílias Warao das ruas, que pôs o MPF, Defensoria Pública do Estado (DPE), Defensoria Pública da União (DPU), sendo ainda reforçado em 2018 com a participação do Ministério Público do Estado (MPE) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que exigiram do Estado a criação de políticas públicas para garantir direitos básicos a essas famílias em situação de vulnerabilidade.

Esta talvez seja a primeira diáspora de povos Warao que se tenha registro na história do Pará e, portanto, novos desafios estão sendo colocados tanto para a administração pública quanto para a cultura local, pois é neste espaço de interculturalidades que a sociedade paraense deverá buscar formas de aprender a conviver, respeitando e promovendo condições de dignidade humana para que estes sujeitos possam desenvolver autonomias econômicas e políticas, sem que tais procedimentos se tornem mecanismos de tutela ou de integracionismo. As ações em desenvolvimento devem, sobretudo, permitir o livre trânsito migratório, ainda que a sua condição no Brasil seja a de solicitantes de refúgio, garantindo-lhes o poder de tomarem decisão sobre as suas próprias vidas, conforme propaga a Convenção de número 169/1986 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de continuarem ou não sendo indígenas nas “travessias” transterritoriais da Pan-Amazônia.

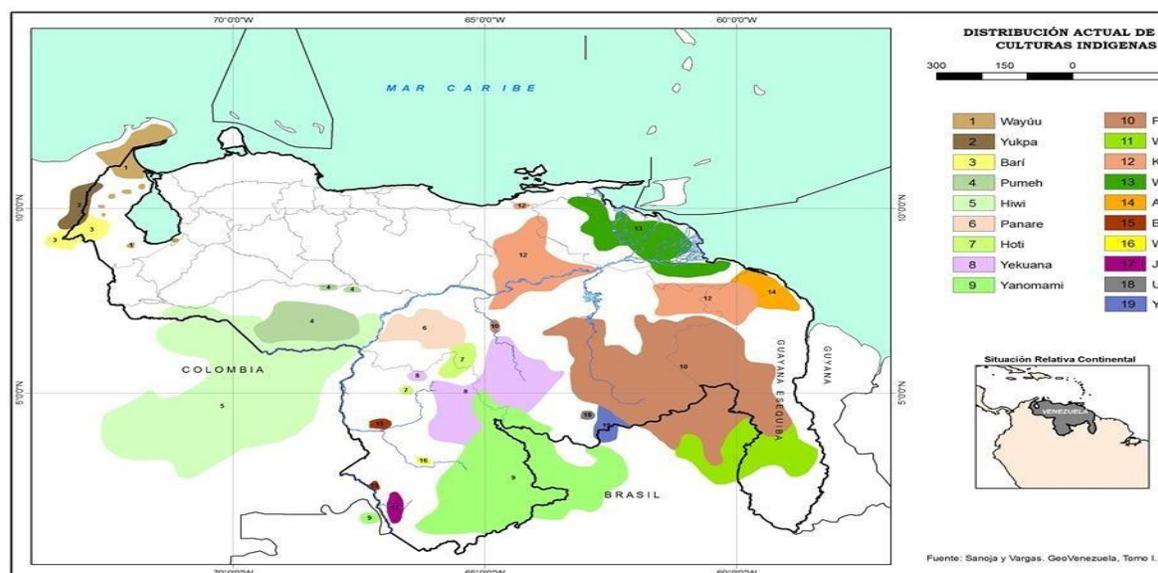
O reconhecimento desses sujeitos indígenas de direitos universais permitiu que os governos e órgãos nacionais e de caráter multilaterais, promovessem ações conjuntas de formação técnica e no atendimento de serviços públicos, desde a oferta de abrigos, assistência médicas, educacionais e financeiras por meio de programas sociais como a da Bolsa família. Do ponto de vista da educação, este artigo se deterá em traçar a trajetória de como o atendimento educacional aos jovens, adultos e idosos Warao vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Educação do estado do Pará (SEDUC). Pretendemos apresentar os princípios e as práticas pedagógicas que estão norteando o processo de ensino e aprendizagem por meio da pedagogia de projetos, deliberadamente, conjecturados pelos interesses dos próprios sujeitos Warao, e em seguida, apontaremos as necessidades que suscitem mudanças significativas de cunho estrutural e conjuntural para que possam garantir a interculturalidade crítica no fazer da educação escolar Warao.

Os indígenas Warao em trânsitos territoriais (transterritorialidades)

De acordo com o Instituto Nacional de Estadística (INE) que trata do censo populacional da Venezuela, em 2011, das 51 etnias existentes na Venezuela (figura 01), os Warao são (6,73% = 48.771 pessoas), depois dos Wayúus (57,07% = 413.437 pessoas), a segunda maior população indígena do país. Os primeiros Warao que chegaram a Belém vieram da região leste da Venezuela, conhecida como Delta do rio Orinoco, uma área que abrange os estados: Delta Amacuro, Sucre e Managas.



Figura 01: Distribuição dos maiores quantitativos de povos indígenas pelo território venezuelano



Fonte: SANOJA & VARGAS. 2007.

Desde 2014, eles têm empreendido migrações para o Brasil, entrando no país pela fronteira de Roraima e seguindo para os estados do Amazonas e do Pará (figura 02), neste último estado, o contingente de indígenas Warao, em dezembro de 2017, só na região metropolitana de Belém, eram torno de 200 pessoas, no mesmo mês de 2018, chegou a 400, porém, no mês de maio de 2019, pela contagem da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), a população Warao alcançou o número de 700, surpreendendo as expectativas para este fluxo migratório.

O processo migratório dos Warao não é exatamente uma saída definitiva de seus territórios, pois tem-se observado que há um fluxo migratório de ir e vir muito intenso, que exige do poder público um entendimento diferenciado para tratar da realidade cultural específica dos Warao. Eles costumam viajar acompanhados de sua família, inclusive, algumas vezes, trazendo consigo animais de estimação, como cachorros. A viagem da região do delta do rio Orinoco, partindo de Tucupita, até a cidade de Manaus costuma ser por via terrestre, podendo ser de ônibus, de carona em caminhões ou de carros particulares, e até mesmo a pé em alguns trechos, como nos relata o professor Jesus Paredes do povo Warao (em conversas informais – março de 2019). Eles completam a viagem para Belém por meio fluvial, via barco de passageiros, perfazendo uma distância aproximada de 3.500 quilômetros do Delta Amacuro até a capital paraense (figura 02).

Figura 02: Distâncias percorridas pelos migrantes Warao de Delta Amacuro até a cidade de Belém



Fonte: Amazônia Real, 2018.

Passam meses viajando, pois a cada cidade em que param, procuram formas de subsistência ou ajuda para continuar a viagem, que pode ser retornando para o seu país, ou trazendo seus parentes para perto da família – para isso, costumam enviar ajuda financeira para que eles possam ingressar nesse ciclo migratório. As más condições de viagem também costumam deixá-los doentes, desnutridos e fragilizados, tanto os adultos quantos as crianças, sendo estas as que mais sofrem. Só em Belém, chegaram a óbito quatro crianças em consequência da viagem, seja por desnutrição ou pneumonias e infecções agravadas pela falta de higiene nos lugares que chegam e se instalam como praças públicas, logradouros, casas públicas de acolhimento (abrigo e casas de passagens) ou mesmo se submetendo a pagar para passar temporadas em locais insalubres como pousadas, onde eles possam garantir um lugar para dormir e guardarem seus pertences, mesmo se sentindo inseguros e vulneráveis.

A des-re-territorialização dos Warao como forma de r-existir.

O modo de vida dos Warao está estritamente associado aos elementos naturais que dominam a paisagem do Delta do rio Orinoco. Esta região é formada por um estuário (ilhas, rios e canais) com a presença de manguezais, savanas, bosques, cujo meio ambiente se apresenta numa complexa rede de conexões de saberes construídas historicamente pelos povos Warao. Essa rede de interrelações é também responsável pelo significado que o termo étnico Warao

ganhou, a de “povo da canoa”. As práticas tradicionais do fazer, do ser e do pensar giram em torno do uso dos recursos das águas e da vegetação, ou seja, da navegação, da pesca, da caça e das coletas de recursos do meio ambiente local. No entanto, a sua vegetação tem como símbolo a palmeira de buriti que é considerada a “árvore da vida” para os Warao, pois dela se aproveita quase tudo, desde o fruto até a raiz.

O território dos Warao, no entanto, vem sofrendo com as políticas sociais e econômicas promovidas pelo Estado venezuelano e principalmente pelos efeitos das sanções econômicas impostas ao país pelos Estados–Nações aliados aos Estados Unidos. De forma resumida, a crise de abastecimento de produtos básicos como bens de consumo não-duráveis que desestabilizou a vida de milhões de venezuelanos, foi gerada pelas pressões norte americanas ao tentarem baratear o preço do petróleo com a introdução do xisto betuminoso no mercado mundial de combustíveis fósseis. Por meio desta estratégia, os Estados Unidos pretendiam reposicionar as suas influências no mercado econômico da América do Sul, uma vez que este país é o maior importador do petróleo venezuelano.

Enquanto o governo chavista e madurista, também avançava sobre os territórios das populações tradicionais com seus grandes empreendimentos da cadeia produtiva do petróleo, com perfurações ou contaminando o solo e os rios com resíduos sólidos e líquidos industriais, os aliados dos Estados Unidos tratavam de endurecer os embargos econômicos contra o governo venezuelano, acionando os bancos a não liberarem a conta do país para a compra de bens de consumo, ou mesmo, para honrar o pagamento de suas dívidas com os credores. Essa guerra silenciosa colocou a população venezuelana mais carente na linha de frente, pois foram os primeiros a sentirem o processo de precarização de suas vidas, forçando, em particular, o povo Warao a sair de seus territórios e de seu país em busca de novas oportunidades de sobrevivência.

Os indígenas Warao reconhecidos como sujeitos de direitos universais

A crise política e econômica da Venezuela trouxe, também, à luz da genealogia colonial dos países da Pan-Amazônia outras crises pré-existentes, como as desigualdades sociais, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, a xenofobia, o racismo racial e anti-indígena. Tais aspectos da subjetividade do poder que tem orientado uma biopolítica (FOUCAULT, 2005) de controle social dos corpos humanos devem dificultar, mas não impedir a reconstrução de mecanismos de direitos que permitam, sobretudo, promover a autonomia política e a autodeterminação da territorialidade Warao para além de suas fronteiras físicas, ou seja, no sentido da transterritorialidade (COSTA LIMA, 2019). As crises são traduzidas, portanto, como momento de reflexão para exaltar mudanças em vários aspectos da vida cotidiana, responsáveis pela consolidação da colonialidade norte-eurocêntrica, ordenada pelo capitalismo, antropocentrismo, cristianismo e pelo patriarcado que imprimiram padrões



excludentes de classe, de gênero, de raça, de etnia, de nações, de estética, de corpo, de saberes e de territórios, tal como nos alerta Catherine Walsh (2012, p. 24):

Los momentos políticos, sin duda, son cada vez más enredados y complejos; las palabras os términos de su caracterización en América del Sur son demostrativos. Mientras “crisis” —la crisis no sólo de capitalismo sino también civilizatoria occidental (Lander, 2005) y la crisis de la colonialidad del poder (Quijano, 2008) —, sugiere rajaduras y rupturas en el orden y patrones de poder, “transición” y “revolución” — los términos empleados por los gobiernos suramericanos autodenominados “progresistas”— apuntan movidas y cambios desde arriba, que aunque dicen distanciarse del neoliberalismo, encaminan hacia un nacionalismo donde el neoextractivismo y la criminalización de la protesta son los ejes más evidentes del cambio y de la progression.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) reconhece em suma que:

os direitos já reconhecidos aos povos indígenas pelo Estado brasileiro são aplicáveis à situação dos indígenas que migram da República Bolivariana da Venezuela ao Brasil, particularmente para proteger de violações individuais e coletivas os direitos indígenas. Como quaisquer outras pessoas, os indígenas são detentores de direitos, inclusive de ir e vir, de morar em contextos urbanos ou rurais, e devem estar livres de qualquer tipo de violência e discriminação. Por isso, ao pensar no acolhimento, atendimento e acompanhamento desse fluxo migratório, a proteção da identidade indígena e o direito à autonomia devem ser entendidos como direitos fundamentais, assim como o esforço para superar visões, ideários e práticas assimilacionistas (OIM, 2018. p. 30).

Os Warao, portanto, têm direitos de serem tratados por igual sem negar as suas diferenças étnico-culturais, permitindo o registro de identidade pessoal e o acesso aos serviços públicos, assim como para todo migrante e refugiado no país. A eles também, como indígenas migrantes e refugiados, deve ser assegurados todos os direitos indígenas pelos órgãos oficiais das três esferas públicas. Pois são direitos consuetudinários reconhecidos em acordos assinados pelo Brasil, como a Declaração Universal dos Direitos dos Povos indígenas (assinado pela Assembleia geral da ONU, em 13 de setembro de 2007, que para os Warao pode-se dar destaque



ao artigo 36⁶), pelo Estatuto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI - previsto em Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012), pela Nova lei de Migração (nº 13.445, de 24 de maio de 2017) e o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT, além da própria Constituição Federal, nos artigos 231 e 232, que garantem a proteção dos povos indígenas.

O MPF, na jurisdição da capital paraense, e diante de políticas indigenistas nacionais que amparam os reconhecidos direitos dos Warao, expediu, em conjunto com a DPU e a DPE um conjunto de recomendações voltadas ao atendimento dos Warao. Recomenda-se às instituições governamentais o atendimento das demandas do povo Warao, tal como providenciar, emergencialmente, a documentação pessoal, abrigo para todos, atendimento médico, educação e empregabilidade ou assistência de sustentabilidade financeira. Com essas pressões judiciais deu-se início aos primeiros passos para a construção de uma política pública para os indígenas migrantes e refugiados, de modo a garantir dignidade de vida para o povo Warao que ainda buscam formas de sobrevivência na região metropolitana de Belém.

A concepção do Projeto Saberes da EJA-Warao como necessidade transcultural

Foi no campo da educação escolar indígena diferenciada que os Warao encontraram maior respaldo jurídico para efetivar um atendimento diferenciado, no qual o respeito à língua materna e às tradições se fizeram presentes. Os projetos educacionais foram desenvolvidos dentro dos parâmetros nacionais da educação escolar indígena. Pois a partir destas diretrizes, um Grupo de Trabalho Inter-institucional, envolvendo setores da educação, da assistência social, da saúde e da seguridade social do estado, do município e organizações da sociedade civil, desenvolveram um projeto pedagógico intercultural e multilígue, onde a cultura e a territorialidade indígena Warao foram valorizadas.

Embora as fontes de recursos financeiros para as redes de ensino municipal e estadual sejam consideradas pelos gestores públicos um entrave na consolidação e avanços para a implantação da educação escolar indígena de povos migrantes, o maior desafio continua sendo como operar um modelo pedagógico intercultural que considere os fluxos migratórios das famílias Warao no contexto da permanência escolar, sem contrariar as normativas que obrigam

⁶ Artigo 36: 1. Os povos indígenas, em particular os que estão divididos por fronteiras internacionais, têm direito a manter e desenvolver os contatos, as relações e a cooperação, incluídas as atividades de caráter espiritual, cultural, política, econômica e social, com seus próprios membros, assim como outros povos através das fronteiras. 2. Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes, para facilitar o exercício e garantir a aplicação deste direito.



o cumprimento dos duzentos dias letivos e a matriz curricular da base comum ditados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Grupo de Trabalho Inter-institucional da área educacional foi organizado no bojo das recomendações do MPF e obteve orientações políticas e administrativas junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo como setor responsável a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Assim, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) do Pará elaborou uma proposta específica e diferenciada para ofertar turmas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos para acessar recursos financeiros disponibilizado pela resolução nº 48/2012 do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE), permitindo a contratação de professores especificamente para a educação Warao. O projeto previa a criação de turmas de alfabetização e letramento, dando um prazo de dois anos para que a SEDUC incluísse as novas matrículas no censo escolar e passasse assumir os custos pelo erário do Estado do Pará.

A SEDUC, por meio da Cordenação de Educação escolar Indígena (CEEIND) e da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), para acessarem o recurso do FNDE, tiveram que criar e adequar a sua proposta aos quesitos da Resolução 48/2012, que exigiu a criação do Projeto “Saberes da Eja-Warao” com perspectivas operacionais próprias de educação escolar indígena dos e para os Warao. A proposta da CEJA/CEEIND, no entanto, foi inspirada no projeto guarda-chuva denominado Kuarika Naruki (Sempre em frente – na língua Warao), do qual foram mantidas as sugestões das lideranças Warao que haviam sido acolhidas e sistematizadas pelo Grupo de Trabalho Inter-institucional da área educacional, e coordenada pelo Núcleo de Formação Indígena (NUFI) da Universidade Estadual do Pará (UEPA), entidades governamentais de formação e ensino. A partir do projeto Kuarika Naruki, cada membro do Grupo de Trabalho desenvolveu os seus sub-projetos pedagógicos com diferentes estruturas pedagógicas para atender seguimentos da educação infantil, ensino fundamental e médio com formação técnica e profissionalizante para jovens e adultos. A CEJA e a CEEIND, asseguraram os princípios sistematizados no Kuarika Naruki, tais como: 1. Política Linguística; 1. Sustentabilidade econômica e financeira; 3. Migração e direitos humanos e 4. Cultura e Meio Ambiente.

O projeto Saberes da EJA-Warao, foi desenvolvido para trabalhar metodologias transdisciplinares e por área de conhecimento e de forma trilingue no processo de alfabetização e letramento com a perspectiva de identificar e aperfeiçoar habilidades e competências dos jovens e adultos para atuar efetivamente como sujeito transformador de sua própria realidade. Tais perspectivas surgiram ainda na diagnose sócio-econômica e linguística que subsidiaram a concepção do Projeto Kuarika Naruki e, principalmente, no processo de reconhecimento de seus direitos universais oportunizado durante a construção e uso do Protocolo de consulta prévia, livre, informada e de consentimento das lideranças Warao que vivem na zona



metropolitana de Belém (Recomendação 34/2019)⁷, que permitiu sistematizar a forma de como os Warao deveriam participar na tomada de decisão sobre as políticas sociais a serem ofertadas para seus povos.

A proposta pedagógica da CEJA e CEEIND foi formatada para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem através da pedagogia de projetos, cuja metodologia compreende atender as demandas imediatas do fazer cotidiano desses grupos indígenas, permitindo, sobretudo garantir a presença em sala de aula da família Warao como estratégia didática que busca a valorização dos seus saberes tradicionais. O protagonismo Warao, portanto, visa focar no sujeito crítico a responsabilidade em encaminhar o que se quer como objeto da educação Warao.

O espaço educacional escolhido foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Cordeiro de Farias, localizada no centro urbano de Belém. A estrutura física voltada para a execução do projeto é constituída por um bloco com treze salas das quais foram sugeridas pela CEJA dividir metade para a educação infantil e fundamental das séries iniciais (crianças com idade até dez anos), por meio de um termo de cooperação técnica junto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Belém, no entanto, este continua em processo de negociação administrativa entre as duas entidades. O corpo docente do projeto atende as séries iniciais de jovens e adultos com idade a partir de onze anos, sendo formado por dois professores de Língua Portuguesa com habilitação em Espanhol e dois Educadores da Língua materna Warao que foram contratados para atuarem como mediadores entre as Línguas Portuguesa e Warao utilizando como ponte de comunicação a Língua Espanhola.

Os princípios do Projeto Saberes da EJA Warao são compostos por três conceitos norteadores: 1. Interculturalidade crítica (Walsh, 2009); 2. Práticas multilíngue e 3. Transdisciplinaridade. Estes princípios tem como base teórica a pedagogia decolonial de intelectuais da América Latina que tratam de forma crítica os saberes científicos eurocêntricos do mundo moderno colonial, capitalista, cristão e patriarcal, tais como: Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Edgardo Lander, Catherine Walsh e Paulo Freire. No que tange a princípio que trata da interculturalidade crítica, Catherine Walsh (2010, p. 92) afirma que:

la interculturalidad crítica deve ser entendida como una herramienta pedagógica, la que pone em cuestionamiento continuo la racionalización, subalternización y sus padrones de poder, viabiliza maneras distintas de ser vivir y saber, y buscar el

⁷ Recomendação Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/pr-pa-00043849-2019-recomendacao-no-34_2019.pdf. Acesso em 17 julho de 2019.



desarrollo y creación de comprensiones y condiciones que no solo articulan y hacen dialogar las diferencias em um marco de legitimidade, dignidade, igualdad, equidade y respeto, sino que también – y a la vez alientan la creación de modos “otros” de pensar, ser, estar, aprender, enseñar, soñar y vivir que cruzan fronteras. La interculturalidade crítica y la de-colonialidad, em este sentido, son proyectos, procesos y luchas-políticas, sociales, epistémicas y éticas- que se entretajan conceptual e pedagógicamente, alentando uma fuerza, iniciativa y agencia ético-moral que hacen cuestionar, transtornar, sacudir, reamar y construir. Esta fuerza, iniciativa, agencia y sus prácticas sientan las bases de lo que yo llamo pedagogia de-colonial. (Walsh 2010: 92)

Sobre a transdisciplinaridade, o Projeto Saberes da EJA-Warao busca transcender as fronteiras rígidas dos componentes curriculares, seguindo as tendências que tratam das reformas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) previstas na Lei 13.415/2017, tais como os itinerários formativos por área de conhecimento, visando sobre tudo a formação técnica e profissionalizante, ainda que de forma introdutória aos conceitos básicos. Sobre o terceiro princípio, que trata das práticas trilingue, significa afirmar que a preocupação do projeto é garantir a preservação da comunicabilidade tradicional frente aos códigos de linguagem da sociedade dominante, ou seja, a língua portuguesa como a segunda língua a ser trabalhada como dispositivo de comunicação e de acesso aos serviços públicos e ao mercado de trabalho.

A pedagogia de projetos adotada pelo Saberes da EJA-Warao é uma estratégia freiriana para explorar os princípios exaltados no Projeto Kuarika Naruki, que, no entanto, para os mentores da CEJA/CEEIND, tratam de eixos temáticos que centralizam as demandas sociais, econômicas, culturais, religiosas, ambientais, linguísticas e de direitos consuetudinários que assim subdivide-se em cinco: 1) Direitos Indígenas; 2) Sustentabilidade econômica e financeira; 3) Migração e Direitos Humanos; 4) Cultura e Meio Ambiente e 5) Política linguística. Tais eixos ganham importância nas práticas pedagógicas da alfabetização por meio do letramento (visão de mundo da realidade imediata) que exploram as questões situacionais do cotidiano Warao, no qual o Projeto “Saberes da EJA-Warao” evidencia treze subtemas que trazem, respectivamente, palavras chave na língua Warao:

1) História de vida / *Waral*: Significa instrumento de pesca dos Warao, que é um fio de nylon que pode ser utilizado sozinho ou amarrado em um pau, geralmente de bambu. Tradicionalmente, esse instrumento de pesca era produzido com *cabulla*, uma fibra retirada da *palma de moriche* (buriti), mas por não ser resistente atualmente utilizam o *waral* (fio de nylon). A pesca é a principal atividade para sobrevivência dos Warao na Venezuela, nos rios do delta do Orinoco. Os peixes mais encontrados nos *morichales* (lugar que tem plantação de buriti) e montanhas no período de inverno são: buco/mojoto, água doce/mobo, morocoto/osibu, guavina/inajaka.



2- Arte culinária / *Anare*: é uma árvore cultivada nas montanhas do baixo delta, na Venezuela, conhecida no Brasil como açazeiro e também cultivada na Colômbia, Equador e Guianas. O açazeiro possui muitas utilidades a partir do fruto, folhas e tronco. A fruta é utilizada para bebida sendo amassada com as mãos para fazer o suco. Das folhas, os Warao fazem telhados para casa, vassouras, cestos e chapéus. Os troncos, são utilizados para construção de casas e também pode ser retirado do centro do tronco um alimento muito rico e comum na culinária Warao chamado palmito. Esse alimento se come cru com mel e cozido com água e sal.

3- Comunicação espiritual / *Mataro*: Utensílio de percussão como o Maracá, utilizado como instrumento musical em festas típicas dos Warao e pelo *Wisiratu* (homem sábio que tem o dom da cura) em rituais sagrados para comunicar-se com o sobrenatural e curar pessoas espantando os maus espíritos. O material é retirado de uma plantação chamada cuieira, que também pode fazer pratos.

4- Cosmologia Warao / *Wisiratu*: É uma figura de extrema importância nas comunidades indígenas Warao por ser um detentor de muitos conhecimentos da história de seu povo, um homem sábio, considerado o indígena mais experiente, responsável em passar adiante a cultura, história e tradições Warao. O *Wisiratu* também tem a função de líder espiritual e curandeiro, pois possui o dom da cura e meios de entrar em contato com os espíritos e deuses protetores de seu povo. Essa cura é feita por meio de um ritual sagrado com um instrumento musical chamado maraca para evocar os espíritos. A vestimenta do *Wisiratu* é específica sempre com muitos colares e coroas feitas com sementes de frutas.

5- Práticas do produzir / *Ure*: É uma planta fácil de cultivar em casa, seu cultivo dura em média de 8 a 9 meses. É uma espécie familiar das aráceas, originária da América Central, cultivada extensivamente em regiões tropicais que produzem raízes tuberosas, ricas em amido e contendo proteínas. No Leste da Venezuela, é comumente referido como uma raiz comestível *ocumo blanco* para distingui-lo de *ocumo chino*. Cabe destacar que ambos são utilizados na cozinha Warao para preparação de sopa, ensopados, assados, fritos e purés.

6- Territorialidade / *Warao Ubanoko*: É uma propriedade dos indígenas Warao, uma referência de lar onde vivem com seu povo na Venezuela no delta do rio Orinoco e adjacentes. Os Warao vivem em pequenos grupos familiares com 250 pessoas e cada família tem seu rancho ou palafita sem parede e compartilham tudo que conseguem uns com os outros na comunidade que pertencem.

7- Estética da tradição Warao / *Wayuko*: É uma vestimenta característica que os indígenas ancestrais utilizavam para cobrir-se. Seu material é feito com couro de pau, onde primeiro tiram lascas da parte duro do couro e depois colocam para secar no sol, por fim fazem a vestimenta para os homens, mulheres e crianças.

8- Musicalidade / *Niarabaka*: É um nome que possui vários sentidos e significados para os Warao. Na arte, traz em sua performance canções e vestimentas próprias utilizadas em bailes



de boas-vindas. Em espanhol, *Niarabaka* significa jacaré ou crocodilo, antigamente este animal servia de alimento para os Warao porque não havia outra caça nas montanhas. Essa caça se encontra em poços de água e podem ser capturados com *cabulla*, um instrumento feito de fibra de buruti. Com o tempo, descobriram que poderiam utilizar os restos do animal como os dentes e couro do crocodilo para o artesanato e vestimenta.

9- Tempo do Brincar(lazer) / *Jau Natokokitane*: É um jogo que se utiliza cordas para fazer disputa entre dois grupos, geralmente homens contra mulheres. Os grupos se posicionam em lados opostos puxando uma corda para ver quem tem mais força. É considerado também um esporte, podendo ser jogado em clubes da Venezuela ou nas comunidades Warao, a simplicidade deste esporte faz com que seja um dos esportes mais antigos e conhecidos em todo mundo.

10- Direitos Warao / *Airamo*: *Airamo* ou *Aidamo* é a maior liderança indígena Warao, o chefe da casa. Ele é responsável por administrar os interesses do Warao de forma democrática, porque ele não decide nada sozinho. A escolha do Airamo dos Warao é feita pela comunidade por meio do voto, tem que ser uma pessoa responsável e articulada com o governo. Qualquer referência de liderança os Warao chamam de Airamo.

11- Árvore da vida (Meio Ambiente) / *Ojì*: É conhecido em espanhol como *moriche* (buriti), fruta silvestre que cresce por seus próprios meios em florestas às margens de rio Orinoco e também nas montanhas com águas tranquilas, este lugar se chama *morichale* por ter várias plantações de *moriche*. A árvore do *moriche* é muito importante para a sobrevivência dos Warao por estar presente em várias atividades de sustento. Na alimentação produzem a *juruma*, que é um alimento líquido retirado do tronco dessa árvore. No artesanato se utiliza a fibra para fazer chapéus, coroas, cestos, bolsas, etc.

12- Bem viver (saúde) / *Ero*: É uma planta geralmente trepadeira, com função medicinal utilizada na cura doenças intestinais, renais, respiratórias e inflamações em geral. Em espanhol é conhecida como *bejuco*, sendo uma planta rara de difícil acesso, encontrada apenas nas montanhas. Dentro do tronco dessa planta pode ser encontrado água potável.

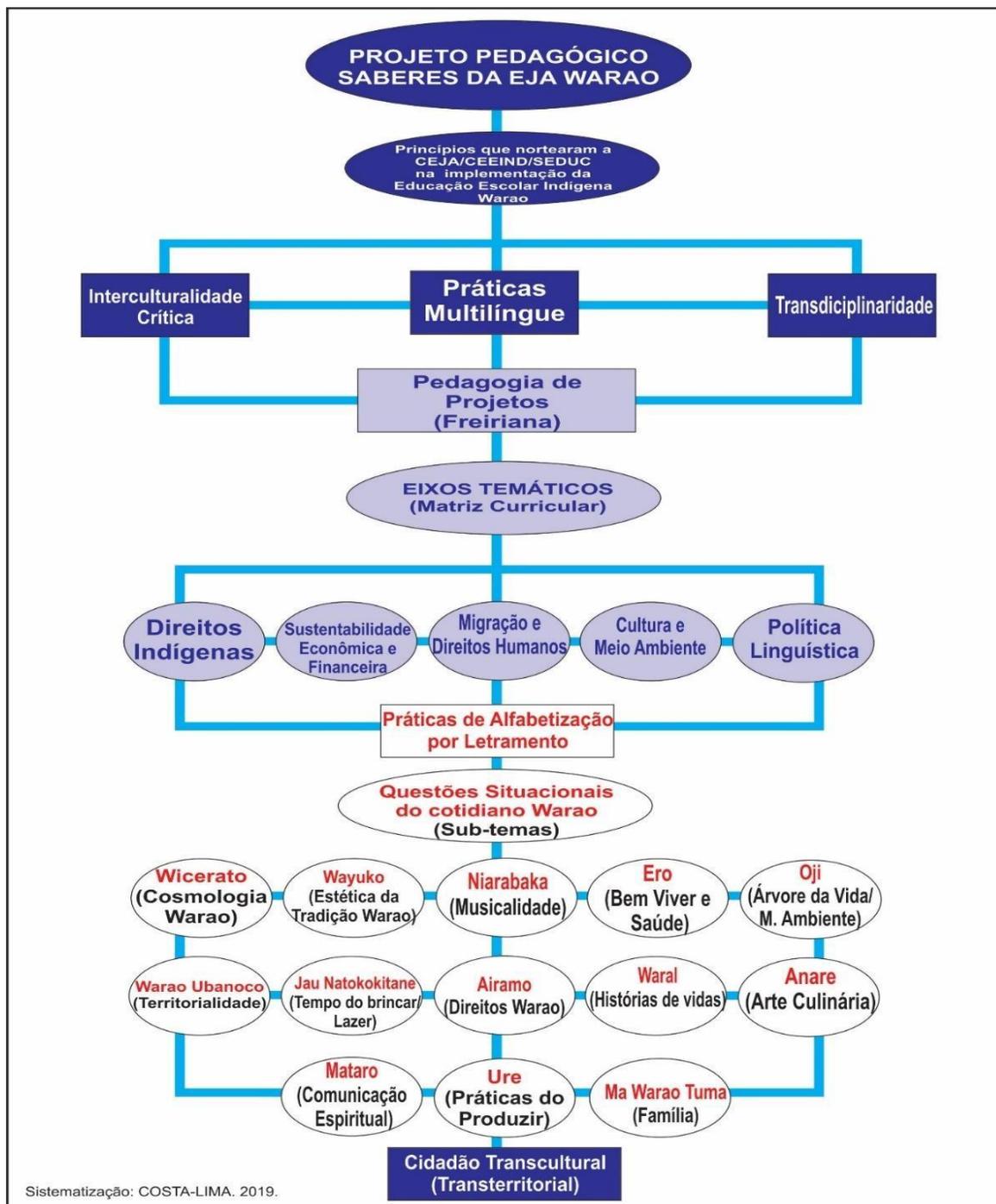
13- Família / *Ma Warao Tuma*: Significa unidade da família Warao. A família Warao é bastante unida, eles ajudam uns aos outros nos bons tempos e ruins, enfrentando qualquer problema juntos. Não importa o lugar onde eles vivem ou onde eles estão, o que importa é que eles mantêm suas origens sempre juntos, para garantir o seu “buen vivir” (ATAWALLPA, 2013).

O perfil de entrada e saída de alunos Warao atendidos no Projeto Saberes da EJA-Warao (ver diagrama na figura 03) tem como finalidade a formação crítica do sujeito transcultural, ou seja, aquele que se apresenta consciente da necessidade de re-existir a novos contexto que a ele são impostos como estranhamento frente ao seu modo de vida em territórios específicos (físicos e subjetivos). A reconfiguração de sua cultura, não significa se submeter a subalternização, mas a capacidade de transgredir as fronteiras culturais sem para isso tenha que

abrir mão de suas práticas tradicionais, mas de incorporar novas práticas em nome de uma identidade transterritoriais, que pode ser de caráter transitório, para poder sobreviver em terras estrangeiras. Para Malinowski, (1983) a transculturação dos sujeitos, traz na sua definição, os exemplos de suas observações sobre o surgimento de novas realidades sócio-culturais de Cuba, ou seja, o aparecimento de uma nova realidade composta e complexa, que corresponde a um fenômeno novo, originl e independente.



Figura 03: Diagrama do Projeto Pedagógico Saberes da EJA-Warao



Fonte: Costa-Lima, 2019

Exemplos de ações da CEJA e CEEIND na execução do Projeto Saberes da EJA-

Warao:

Formação de Professores para atuar com os Warao em consonância com o projeto pedagógico



**Formação continuadas de Professores – Google for educacion,
SEDUC/CEJA/CEEIND e EBRAEMA**



Atividade de visitas aos abrigos no processo de sensibilização para a (re)matrícula



Formação continuada dos professores com acompanhamento pedagógico diário



Processo pedagógico na construção do protocolo de consulta prévia apoiado pelo MPF



Construção do protocolo de consulta prévia (Convenção 169 da OIT) – com parceiros Seaster e NUFI/UEPA



A estrutura física da Escola Estadual Marechal Cordeiro de Farias



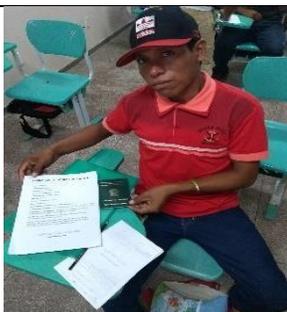
Atividades multilíngue desenvolvidas por meio da pedagogia de projetos decoloniais



Atividades de classe transdisciplinar: Centílo, letramento, processamento de alimento, arte e musicalidade



Aulas transdisciplinares: Centílo, letramento, processamento de alimento, arte, musicalidade e campo



Fonte: Acervo pessoal dos professores do projeto: Barbara Balieiro, Marcos Costa lima (2018 e 2019)

Reconhecimento da escola indígena como um instrumento político e de acesso a direitos consuetudinários

A educação multilíngue já é uma realidade que se afirma como uma política pública, que passou (conforme mosaico de fotos) por várias fases pedagógicas de formação continuada, além de introduzir novas formas de ver a realidade Warao na cidade de Belém. Na escola, tanto os professores quanto os alunos acompanham mais de perto as dinâmicas do pensar, de fazer, de falar e de ser. Quando a aula não se realiza em sala compete aos docentes se apropriarem de estratégias no campo para melhorar a qualidade de vida.

Tem se observado, durante no término de cada aula e por meio das autoavaliações, que o grau de satisfação com as políticas de educação diferenciada cresce entre eles, visto que a proposta pedagógica do projeto Saberes da EJA-Warao, ainda que esteja longe de ser um modelo perfeito para um público tão diferenciado como os Warao, vem atendendo a contento. A frequência de alunos ainda oscila muito em função do baixo poder aquisitivo para garantir a sua mobilidade de suas residências para a escola, pois não ocorre a disponibilização de transporte gratuito, de modo que, nem sempre conseguem participar das aulas. Outro problema é a falta de expectativas em relação à geração de renda ou à empregabilidade, o que faz com que ao invés de irem para escola são obrigados a irem para as ruas em busca de ajuda financeira.

A educação escolar indígena dos Warao em território brasileiro tornou-se um desafio a ser superado diante das novas complexidades culturais provenientes dos novos fluxos migratórios. A construção de alternativas educacionais é de suma importância para a sensibilização e compreensão da necessidades de estudos e proposições sobre a diversidade sócio-cultural que se exige na atual configuração política do Brasil.

O projeto foi implementado para realizar ações pedagógicas de letramento no tocante da alfabetização a partir de três perspectivas: da interculturalidade crítica, trilingue e transdisciplinar, potencializadas por meio da pedagogia de projetos, que visa promover atividades que possam qualificar tecnicamente as competências dos educandos indígenas para potencializar o protagonismo de cidadãos autônomos e críticos além de oportunizarmos condições favoráveis para assumirem postos alternativos no mercado de trabalho local. Portanto, por meio dessa metodologia inovadora que parte de situações problemas do cotidiano imediato dos Warao na região metropolitana de Belém, buscou-se valorizar a transculturalidade e a cosmogonia indígena Warao como eixos temáticos a serem contemplados na articulação dos campos de saberes, integrando e respeitando as diversidades intraculturais e os seus respectivos campos vitais, em particular, no que tange à sua luta contra o preconceito, por acesso aos direitos humanos e a transterritorialidade em contextos urbanos.

Para não terminar...



As experiências adquiridas com a educação escolar indígena dos Warao na cidade de Belém, mostra-se ainda em fase de consolidação e com demandas de reconhecimento normativos e operacionais a serem cumpridas a curto e longo prazo. Um novo sistema educacional deve ser parametrizado para reconhecer em escala nacional a realidade dos migrantes e refugiados indígenas Warao que legitime um processo de escolaridade e de qualificação diferenciada. As múltiplas territorialidades Warao exigem novos parâmetros que consolidem práticas “outras” (decoloniais) para este projeto piloto de educação dos Warao se torne efetivo como política de educação pública no estado do Pará.

Faz-se necessário ascenar para alguns desafios que ainda merecem ser superados: 1. Criar políticas públicas para imigrantes considerando povos indígenas no Estado do Pará; 2. Regulamentar/Normalizar o atendimento integrado entre a rede de instituições públicas e da sociedade civil (intersectoriais); 3. Garantir a continuidade na oferta de turmas diferenciadas considerando o intenso movimento de fluxo migratório interno; 4. Consolidação de turmas/ingresso de forma diferenciada no censo escolar; 5. Formação continuada para profissionais da educação (indígenas e estrangeiros); 6. Contratação de técnicos, professores e profissionais especializados (antropólogos, assistente sociais, psicólogos) para a Educação Escolar Indígena com metodologias próprias, transdisciplinares e multilíngue; 7. Transporte escolar (integral) no espaço urbano. 8. Produção de materiais didáticos e guias de orientação para imigrantes indígenas; 9. Aquisição de um acervo literário, materiais escolar e didático multilíngue 10. Garantir condições para formação continuada aos profissionais da educação antes e durante o período letivo; 11. Garantir infraestrutura das escolas para receber e manter as atividades pedagógicas e as transterritorialidades, considerando a realidade intercultural crítica; 12. Garantir que no espaço escolar seja desenvolvido Sistema de atendimento social intersectorial, como acesso a serviços de documentação pessoal, jurídico, saúde e de outros serviços de interesse difusos (reconhecimento de saberes e certificação) que se remetem aos povos indígenas e imigrantes estrangeiros.

Referências bibliográficas

- Atawallpa, Freire. 2013. Buen vivir vs. Sumak kawsay: reforma capitalista y revolución alternativa, una propuesta desde los Andes para salir de la crisis global. Ediciones CICCUS.
- Carmo Cruz, Valter do, Oliveira, Denilson Araújo de (Org). 2017. Geografia e giro decolonial: ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico/ 1.ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Dalmolin, Gilberto Francisco. 2004. O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural. Rio Branco: EDUFAC.
- Demo. Pedro. 1996. Educar pela pesquisa, Campinas: Editora Autores Associados, 1996.



- Freire, Paulo. 2009. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36^a. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. 2015. *Pedagogia do oprimido*. 59^a.ed. rev. atual – Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guimaraens, Dinah (org). 2016. *Estética transcultural na Universidade Latino – Americana: novas práticas contemporâneas* – Niterói: Eduff.
- Grupioni, Luis Danisete Benzi (Org). 2001. *As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.
- Grupioni, Luis Danisete Benzi (Org). 2001. *Caderno de Apresentação: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.
- Grupioni Luis Danisete Benzi (Org). 2001. *Guia Formador: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.
- Hernández, Fernando; trad. Jussara Haubert Rodrigues. 1998. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*- Porto Alegre: ArtMed.
- Hernández, Fernando, trad. Jussara Haubert Rodrigues. 2000. *Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho*, Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Malinowski, Bronislaw. introducción. In: ORTIZ, Fernando. 1983. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana – Cuba.
- Ministério da Educação. 2002. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/ Brasília: MEC; SEF*.
- Moutinho, Pedro. 2017. *Parecer técnico N° 10/2017 – SP/MANAUS/SEAP*. Ministério Público Federal (MPF).
- Oliveira, João Pacheco de. 1993. *A Viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do Nordeste*. In: *Atlas das terras indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI / PPGAS / Museu Nacional / UFRJ.
- Organização Internacional das Migrações. 2018. *Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil* – Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações.
- Sanoja, M y Vargas, I. 2007. *El legado territorial y ambiental Indígena prehistórico e histórico*. GeoVenezuela, Tomo I: *La geografía histórica del poblamiento territorial venezolano*. Caracas: Fundación Empresas Polar.



Silva, Luiz Fernando Villares e. (Org.). 2008. Coletânea da legislação indigenista brasileira. – Brasília: CGDTI/FUNAI.

Silva Ricardo Gilson da Costa; LIMA, Luis Augusto Pereira; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da (Orgs.). 2018. Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas. São Carlos: Pedro & João Editores.

Walsh, Catherine. Interculturalidad Crítica e Educacion Intercultural. In: VIANNA, Jorge, TAPIA, Luis. Walsh, Catherine. 2010. Construyendo Interculturalidad Crítica. La Paz – Bolivia. Instituto Internacional de Integración.

Walsh, Catherine. 2009. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras.

